

# POSSÍVEIS IMPACTOS DA COVID – 19 NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE UM MUNICÍPIO DO EXTREMO SUL DA BAHIA

---

**FABRICIA ZANELATO BERTOLDE**

Mestre em educação pela da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, bertoldi.fabricia@hotmail.com.

## RESUMO

Este trabalho aborda reflexões sobre a Educação Especial no período da Pandemia da COVID 19. Diante de tais reflexões, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação Especial, considerando as possíveis dificuldades no processo de ensino e aprendizagem. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, que foi elaborada através de leituras de materiais pertinentes ao tema do trabalho e sites oficiais. A coleta de dados ocorreu através de informações respondidas por formulário disponibilizado na plataforma Google Forms entre os meses de julho a setembro de 2020. Pode-se perceber que os desafios para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia é um processo complexo e desafiador, assim refletimos a respeito de como a educação no Brasil precisa ser ressignificada pensando no distanciamento social físico forçado pela Covid 19.

**Palavras-chave:** Pandemia da COVID 19, Educação Especial, Aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

A década de 1990 é marcada por mudanças no âmbito da educação inclusiva e, conseqüentemente, na Educação Especial. A Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca foram marcos na luta pelo direito dos grupos mais vulneráveis.

No Brasil não foi diferente, iniciou-se a implementação de um sistema inclusivo, com o intuito de ser entendido na sua dimensão histórica. Tal sistema possibilita a efetivação de mudanças tanto no processo conceitual como no político e pedagógico, buscando promover o efetivo direito de todos a educação, recomendado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Dessa forma, foi elaborada uma legislação – leis, decretos, normas – que auxilia na eliminação das barreiras que impedem esse grupo de ter acesso à educação na escola regular. Entre esses documentos podemos citar: i) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) nº 9.394/96, que direciona o capítulo V para a Educação Especial e ressalta que a oferta da modalidade de Educação Especial deve acontecer preferencialmente na escola comum, para os alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE); ii) Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); iii) Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que traz uma série de inovações, como a proibição da negação de matrícula e da cobrança de taxas adicionais em casos de estudantes com deficiência (BRASIL, 2015).

Copetti (2012) ressalta que a publicação desses documentos provoca a construção de uma política direcionada para a Educação Especial e passando a constituir uma modalidade que se estende da Educação Infantil à Educação Superior. Sendo assim, faz-se necessário repensar os métodos e práticas educacionais e o currículo, levando em consideração a diversidade e especificidades dos alunos matriculados nas escolas regulares, redefinindo a compreensão acerca das condições de infraestrutura escolar e dos recursos pedagógicos.

O Brasil vive atualmente um cenário de emergência pública devido à Pandemia da COVID-19 que vem atingindo todos os setores do país modificando a vida em sociedade e a forma de ver o mundo. A população mundial enfrenta a devastação causada pela pandemia, essa doença é causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, e apresenta um espectro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria (cerca de 80%) dos

pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas) e, aproximadamente, 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais, aproximadamente, 5% podem necessitar de suporte ventilatório. O início da disseminação da COVID-19 ocorreu na província de Hubei, na China, e alastrou-se rapidamente por todos os continentes. No mundo, já são mais de 108.994.619 casos e 2.403.462 mortes até 15 de fevereiro de 2021.

Com o aumento da contaminação e óbitos, os governantes começaram a emitir decretos que estabelecem medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, solicitando, assim, o afastamento social. Entre as medidas para tentar frear a disseminação desse vírus, os governos decretaram a suspensão das aulas em todo o território brasileiro. Desse modo, professores, alunos e familiares vivenciam momentos difíceis, pois precisam se reinventar para desenvolver e/ou acompanhar as aulas remotas; contudo as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos são gigantescas e estendem-se desde o acesso e interação com aparelhos tecnológicos às escolas que não fornecem a infraestrutura mínima para a realização das atividades que necessitam das plataformas digitais. Há, inclusive, falta de conexão com a internet e uma formação precária dos professores para que eles possam pensar e planejar suas práticas com essa mediação.

Concomitantemente, as dificuldades intensificam-se quando falamos no ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial - PAEE. O Brasil buscou investir em programas que auxiliam na formação escolar dentro da perspectiva da educação inclusiva, contudo, de acordo com a realidade atual prevalece uma necessidade em investimentos na formação continuada abordando temas que possam contribuir com os docentes a lidarem com as novas tecnologias necessárias para o desenvolvimento da sua prática. Pois, a maior parte dos professores não estão conseguindo adaptar-se a esta realidade, onde necessita estar diante de uma câmera e ter conhecimento das novas tecnologias.

Dentro desse contexto, percebemos a importância da implementação de políticas públicas que direcionem seu olhar para o atendimento de todos os alunos e, que este respeite as especificidades de cada um. Assim, o professor precisa receber um suporte, pedagógico e material, que o auxilie no desenvolvimento de sua prática pedagógica e, que esta seja pensada para todos os alunos com ou sem deficiência.

Diante de tais reflexões, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação

Especial, considerando as possíveis dificuldades no processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de um município do Extremo Sul Baiano que possuem matriculados alunos público-alvo da Educação Especial.

## METODOLOGIA

Utilizamos uma abordagem qualitativa, que foi elaborada através de leituras de materiais pertinentes ao tema do trabalho e sites oficiais. A pesquisa bibliográfica foi um procedimento importante utilizado neste trabalho, que de acordo com Gil (2002) se trata de uma busca em materiais já elaborados, constituídos de artigos científicos e livros que possibilitaram o aprofundamento do referencial teórico pesquisado. A coleta de dados ocorreu através de informações respondidas por formulário disponibilizado na plataforma Google Forms entre os meses de Julho a Setembro de 2020, o formulário foi disponibilizado para os professores atuantes em escolas públicas de um município do Extremo Sul da Bahia.

Dessa forma, verificamos que a educação no município onde aconteceu a pesquisa ficou estagnada, isto é, o município não ofereceu aos alunos das escolas públicas municipais nenhuma forma de ensino que pudessem contribuir para a continuação da aprendizagem dos alunos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, o processo de inclusão foi tomando força com base em documentos internacionais que influenciaram a formulação das leis brasileiras. Em 1994, a Declaração de Salamanca foi um marco mundial para a educação inclusiva, ressaltando questões como os princípios, políticas e práticas em Educação Especial (UNESCO, 1994). Essa declaração fomenta uma escola inclusiva, na qual os alunos podem aprender juntos. Tais escolas necessitam direcionar seu trabalho respeitando as diversidades individuais dos alunos e os ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de um currículo apropriado, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Cury (2016) afirma que a educação inclusiva refere-se ao verbo “incluir” e “[...] significa colocar algo/alguém dentro de outro espaço”.

Dessa forma, a educação inclusiva supõe uma reorientação no sistema educacional, de modo a garantir acesso, permanência e condições de aprendizagem a toda a população em idade escolar. O processo de inclusão não

se destina somente aos alunos PAEE, mas a todas as pessoas, sem discriminação de raça, credo, cor etc. Segundo Mantoan (2006), a inclusão é a capacidade que temos de entender e reconhecer o outro, convivendo e compartilhando experiências com todos, sem exceção.

Realizar atividade pedagógica com os alunos PAEE tem sido ressaltado como um dos grandes desafios para a educação, pois se acostumou a trabalhar com turmas “homogêneas”, dentro de um modelo que era baseado em um ensino e aprendizado igualitário, não se preocupava com as diferenças e condições de escolarização das pessoas com deficiência (FONTES, PLETSCHE, BRAUN & GLAT, 2007).

Os estudos de Vygotsky destacam sobre os conceitos negativos sobre a deficiência e que esses precisam ser revistos, pois uma pessoa com deficiência precisa ser vista além das suas limitações (VYGOTSKY, 1998). Vygotsky e Luria (1996) compreendem que enxergar apenas as limitações da deficiência é um aspecto negativo, deve-se ponderar suas qualidades positivas e, estas podem ser manifestadas através de um acompanhamento que proporcione oportunidade de aprendizagem diferenciada. Dessa maneira, “o comportamento cultural compensatório sobrepõe-se ao comportamento natural defeituoso” (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p. 221).

A criança sem ou com deficiência tem a aprendizagem como tarefa central para seu desenvolvimento. A aprendizagem visa à utilização de todos os recursos da criança, “quer sejam endógenos (hereditariedade), quer exógenos (meio)”, no sentido de uma otimização funcional, de modo a garantir uma adaptação psicossocial no maior número possível de circunstâncias, dentre elas podemos citar uma multiplicidade de fatores – neurobiológicos, socioculturais e psicoemocionais – que estão dialeticamente inter-relacionados (FONSECA, 2016, p. 160).

A pessoa com deficiência precisa ter as mesmas oportunidades e credibilidades que são oferecidas as demais. Muitas vezes a vida da pessoa com deficiência passa a prevalecer a sua limitação, pois suas potencialidades e aptidões não são levadas em consideração. Contudo, Vygotsky (1998, p. 118) destaca que “o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de aprendizagens que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”.

No percurso do processo de aprendizagem pode-se observar que a criança apresenta seu próprio ritmo, sendo este, um ponto crucial que deve ser considerado pelos adultos que estão à frente desse processo. Para Vygotsky, a aprendizagem é um processo que deve ser contínuo e a educação

é caracterizada por mudanças qualitativas de um nível de aprendizagem para o outro. A aprendizagem é fundamental para despertar processos internos de desenvolvimento, mas só ocorre quando o indivíduo interage com outras pessoas (OLIVEIRA, 1992).

Dessa forma, a relação social e cultural é essencial para o desenvolvimento intelectual da criança. Vygotsky busca explicar esse desenvolvimento através dos conceitos de desenvolvimento real, potencial e proximal. Onde a primeira refere-se às etapas já adquiridas e que permitem que a criança consiga resolver problemas independentemente, na segunda é a capacidade de resolver tarefas com a ajuda de adultos ou companheiro mais capaz e a terceira é a distância entre as zonas anteriores, ou seja, é o caminho a ser percorrido até o amadurecimento e a consolidação de funções (VYGOTSKY, 1998).

Quando direcionamos para a aprendizagem dos alunos com deficiência, a compreensão e atuação por parte dos agentes educativos é fundamental, pois a criança com deficiência em relação ao seu nível do domínio abstrato e a aprendizagem autônoma é diferenciado necessitando de um direcionamento mais específico por parte dos profissionais envolvidos com sua aprendizagem. Como nos esclarece Diament (2006, p. 417), “A noção de aprendizagem envolve, portanto, comportamentos relacionados a conceitos psiconeurológicos, como estímulos, condicionamentos, discriminação, memória e vai depender do nível de cognição”.

Assim, o processo de ensino e aprendizagem disponibilizado deve ser construído analisando o nível de desenvolvimento real da criança e, estabelecendo relação com os objetivos de aprendizagem estabelecidos pela escola, respeitando a faixa etária e o nível de conhecimentos e habilidades de cada indivíduo (TEZANI, 2006). Assim, esse sujeito não deve ser avaliado e comparado com outras pessoas, pois cada qual apresenta um desenvolvimento de forma única e singular (PLETSCH, 2009).

Destarte, buscar uma metodologia adequada para a educação dos alunos com ou sem deficiência é pensar uma metodologia diversificada, pois de acordo com Honora e Frianzo (2008) devemos entender que cada aluno é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta.

Todos os alunos têm o direito a receberem atendimentos específicos para suas necessidades, uma educação inclusiva realiza as adaptações curriculares como um instrumento que visa garantir que os alunos sejam atendidos respeitando as diferenças no processo de ensino e aprendizagem.

Herederro (2010, p. 199) concebe o termo adequação curricular “deve ser visto como um instrumento que auxilie no desenvolvimento geral de cada pessoa”, através de um conjunto de alterações que devem acontecer nos objetivos, nas estratégias metodológicas e no processo de avaliação.

Trabalhar com aluno com deficiência é um grande desafio para a escola regular, pois para cumprir sua finalidade de ensinar e construir o conhecimento vai exigir que seus profissionais busquem conhecer o estilo de aprendizagem, já que esses alunos apresentam um estilo particular de lidar com o conhecimento, que em muitas vezes é diferente da forma de com que a escola conhece (BRASIL, 2007).

No processo de ensino e aprendizagem faz necessário que o professor busque entender que cada aluno apresenta uma maneira e um ritmo diferente para aprender, assim é importante que seja levado em consideração as diversidades existentes no contexto escolar (HEREDERO, 2010). Os alunos com deficiência podem apresentar dificuldades na aprendizagem desde as situações transitórias, onde o professor poderá intervir utilizando estratégias metodológicas, até situações mais singulares, onde estes alunos necessitarão de atendimento e recursos especializado, visando a participação e aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem (HEREDERO.2010).

Vygotsky (1998) ressalta que as pessoas com deficiência possuem grande potencialidade e capacidades, mas ele entende que, para que estas capacidades possam se desenvolver precisam ser oferecidas condições adequadas. Portanto, devem-se oferecer a essas pessoas uma educação que lhes oportunize a apropriação da cultura histórica e social, dando condições de melhores possibilidades de desenvolvimento.

Cada pessoa é um ser único, deste modo à educação das crianças com deficiência merece um olhar individualizado, considerando suas limitações, necessidades nas atividades que não consegue realizar com autonomia, sempre analisando os conhecimentos e experiências que as crianças possuem e o que já realizam com autonomia para realizar sozinhas (TÉDDE, 2012). De acordo com essa mesma autora, o aluno público alvo da Educação Especial necessita sim de apoio pedagógico, de atenção especializada, de adequações curriculares, mas não podemos esquecer que eles possuem capacidades, e o que eles mais necessitam além das intervenções, é que sejam vistos como alunos capazes. (TÉDDE, 2012)

Da mesma maneira, o ato de educar não deve ser fundamentado na falta, no déficit, no atraso ou na deficiência, como estigma, pelo contrário



deve buscar fundamentar-se nas possibilidades que o aluno pode apresentar (PAN, 2008). Concordamos com Pan (2008, p.69) quando assegura que a contribuição de Vygotsky vem “compôr dialeticamente as dimensões longitudinal e social, histórica e cultural, simbólica e concreta aproximando desenvolvimento e aprendizagem”.

Nesse percurso de desenvolvimento, devem-se respeitar os processos sobre os quais Vygotsky (1998, p.76) afirma que “uma criança deficiente apresenta um tipo de desenvolvimento diferente e único”. Assim, o processo educativo tem a responsabilidade de estimular as funções psicológicas superiores, proporcionando condições para uma assimilação do conhecimento. Portanto, é necessário entender que a pessoa com deficiência tem alterações que interferem no processo de aquisição do conhecimento, no entanto essas alterações não são determinantes para o processo de ensino e aprendizagem.

Segundo os autores Guimarães e Santos (2013):

O nível de aprendizagem só progredirá através de atividades sistemáticas e progressivas. A repetição de aprendizagens em diferentes ambientes será também um fator relevante e vantajoso, para a criança abstrair e generalizar as aprendizagens, compreendendo conceito em diferentes contextos. Com a finalidade de procurar atingir o sucesso nas situações de aprendizagem, ao organizar as atividades, torna-se fundamental que o adulto considere a persistência e a possibilidade de simplificar a tarefa, no sentido de inibir o fracasso. (GUIMARÃES & SANTOS, 2013, p. 39)

O processo de desenvolvimento das pessoas está interligado com a aprendizagem, mas não se restringe a ela. “A aprendizagem e o desenvolvimento, ainda que diretamente ligados não se processam simetricamente. O desenvolvimento não é estanque, nem acompanha a aprendizagem como uma sombra que acompanha o objeto que a projeta” (VYGOTSKY, 2003, p. 79). Assim, o desenvolvimento e a aprendizagem dependem um do outro de forma recíproca, complexa e dinâmica, é um processo que não se explica facilmente. Para Vygotsky (2003; 1991; 1998) a interação social é fundamental no desenvolvimento na aprendizagem dos seres humanos.

Diante à realidade vivenciada com a Pandemia do COVID-19 as aulas presenciais passaram a vistas como uma ameaça à saúde pública, sendo que sua efetivação ia contra as recomendações da OMS quanto ao distanciamento social na busca de diminuição do contágio.

Seguindo as orientações federais, estaduais e municipais as escolas públicas e privadas suspenderam as aulas presenciais e, se direcionaram para elaboração de Planos Emergenciais que pudessem auxiliar nas futuras atividades remotas. O Ministério da Educação (MEC), por meio da portaria nº 343 (BRASIL, 2020a) publicada no dia 18 de março de 2020, no Diário Oficial da União (DOU), complementado pelos pareceres 09/20 CP/CNE (BRASIL, 2020b) e 11/2020 CP/CNE de 06 de junho e 07 de julho, (BRASIL, 2020c) dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia do novo coronavírus autorizando, assim, aulas que utilizem as Tecnologias de Comunicação e de Informação (TIC).

Para Alves (2020), o ensino remoto consiste na adaptação ao uso de recursos tecnológicos e ferramentas de tecnologia de informação, no entanto, sem alterar a metodologia das atividades presenciais, mantendo o projeto pedagógico do ensino presencial. Diante disso, as atividades devem ser adaptadas conforme necessidade, para possibilitar e facilitar a realização das aulas e encontros através das plataformas digitais disponíveis. No processo de ensino e aprendizagem através da Educação Remota as práticas pedagógicas são mediadas por plataformas digitais, como aplicativos com os conteúdos, tarefas, notificações e/ou plataformas síncronas e assíncronas como o Teams (Microsoft), Google Class, Google Meet, Zoom (GOMES, 2020).

No contexto de Pandemia ações precisam ser pensadas e realizadas, de forma que os métodos de trabalho sejam revistos e reinventados para assegurarem que o processo de aprendizagem aconteça. É necessário que seja considerado a gradatividade da aprendizagem e que esta acontece continuamente compreendendo os domínios cognitivo, afetivo e psicomotor, encontrando-se interligado a diversos fatores, tais como convivência familiar, tradições e culturas, ambiente escolar e social, dentre outros.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mundo foi surpreendido pela emergência da pandemia e pelas orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020) que recomendou o afastamento social e o tratamento dos casos que foram identificados e realizar testes em toda a população.

Quando falamos no afastamento social enxergamos que este atingiu de forma significativa os alunos, os familiares e os professores de todos os níveis e modalidades de educação, despertando sentimentos de confusão,

dúvidas e angústias diante a necessidade de ficar em casa, afastados dos espaços escolares e,consequentemente, das dinâmicas de interação social que se constituem fundamental para o desenvolvimento do ser humano, em especial nos alunos.

O Estado da Bahia lançou a proposta de Educação remota para a rede pública, mas surgem grandes dúvidas quanto sua eficácia, pois os estudantes, na sua maioria, são oriundos de classes sociais mais baixas, sem acesso a tecnologias digitais, computador, celular, internet, vivem em casas que têm pequenos espaços e com famílias grandes, dificultando arrumar um espaço adequado para estudar.

Outra questão que devemos nos ater é que durante o afastamento social os familiares, avós, pais e irmão também estarão em casa no confinamento, gerando muitas vezes situações de estresse entre os membros (MALLOY-DINIZ, COSTA, LOUREIRO, MOREIRA et al., 2020). A dificuldade dos familiares em orientar os alunos durante as atividades remotas também se considera um grande entrave durante esse processo de atividades remotas.

Os autores Bezerra, Da Silva, Soares e da Silva (2020), destacam que grande parcela da população com menor renda está praticando menos o isolamento social em relação à parcela com maior renda, isso pode estar acontecendo em função da necessidade de locomoção para o trabalho, uma vez que a população mais pobre está vinculada a atividades essenciais que não pararam e, a população com maior renda está, em sua maioria, vinculada às atividades que pararam ou que disponibilizaram o trabalho remoto.

Dessa forma, em muitas situações, as aulas remotas não acontecem adequadamente como planejado pelas instituições públicas. Em algumas cidades, como é o caso da cidade pesquisado no Extremo Sul da Bahia, no ano de 2020 as escolas municipais não conseguiram desenvolver nenhum tipo de atividade com os alunos matriculados na rede municipal. De acordo com informações da secretaria de educação o ano letivo começou normalmente, mas no mês de maio, após as recomendações da Organização Mundial de Saúde - OMS para o afastamento social, o Estado da Bahia publicou decretos para que as aulas presenciais fossem suspensas e, não houve possibilidades de retomar as aulas através de atividades remotas.

Essa impossibilidade de retorno das aulas, mesmo no ensino remoto, foi devido a situações internas do município, que não foram esclarecidas, mesmo com nossas indagações. As atividades remotas não foram autorizadas, e o Plano Emergencial não foi aprovado, assim, os alunos de toda a rede municipal ficaram sem atendimento escolar durante esse ano letivo.

Durante a realização da pesquisa foi enviado para os professores da rede municipal um questionário online, enviamos um total de 917 questionários e tivemos um retorno de 532. Com a pesquisa obtivemos dados referentes ao quantitativo de professores atuantes no município como demonstrado a seguir. GRÁFICO 01: Quantitativo de professores em 2020.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O gráfico nos mostra que o quantitativo no meio urbana é mais significativo do que no meio rural, a secretaria de educação do município relatou que isso é devido ao deslocamento desses alunos para estudarem na cidade, não sendo necessário um quantitativo grande no meio rural para atender a demanda dessa zona. Identificamos, também, que o meio urbano é composto por 627 professores efetivos e um quantitativo de 185 professores contratados, resultando em um total de 815 professores necessários pra atender a demanda escolar em 2020. Em relação ao meio rural os professores efetivos somam um quantitativo de 70 efetivos e 36 professores contratados, resultando em um total de 102 professores direcionados para o meio rural.

Durante o afastamento social o município suspendeu as aulas, como recomendado pela OMS e pelos governos. Diante disso questionamos se o município retomou as atividades educacionais de forma remota e, percebemos que 100% das respostas foram negativas em relação a retomada de atividades escolares no município, os professores registraram no formulário que não foram desenvolvidas nenhuma estratégia educacional para os alunos. Assim, como identificado nas análises dos formulários, os alunos do município onde realizamos a pesquisa não disponibilizou nenhum suporte educativo durante o ano letivo de 2020.

Nesta perspectiva, entendemos que ações como esta podem acarretar problemas graves no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Pois o papel social da escola é relevante para a formação plena do cidadão, como também, para auxiliar no desenvolvimento de habilidades e competências tanto cognitivas quanto afetivas.

A razão e o sentido da escola é a aprendizagem. O processo de (re) construção do conhecimento é o próprio objetivo do trabalho educativo. Portanto, o centro e o eixo da escola é a aprendizagem, única razão de ser. Todas as atividades dessa instituição só fazem sentido quando centradas na (re)construção do conhecimento, na aprendizagem e na busca” (WITTMANN & KLIPPEL, 2010, p. 81).

Também questionamos sobre os recursos da escola, se a instituição tinha recursos adequados para iniciar as atividades através do ensino híbrido. Dos 532 formulários que foram devolvidos percebeu-se que mais de 90% das escolas, segundo as respostas dos professores, não possuem recursos para iniciarem as atividades através do ensino remoto.

Diante disso, observamos que os desafios para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia é um processo complexo, mas que precisa acontecer, pois a ausência deste provoca reações incalculáveis na aprendizagem dos alunos. Dessa forma, refletimos a respeito de como a educação no Brasil precisa ser ressignificada pensando no distanciamento social físico forçado pela Covid-19.

As instituições escolares juntamente com suas Secretarias Municipais precisam se organizar para atender seus alunos durante a pandemia, pensando em estratégias que auxiliem no desenvolvimento cognitivo desses. Discorrendo alternativas que alcancem a todos, principalmente os alunos PAEE, que nesse tempo de afastamento social estão sendo privado, não só, das atividades educacionais como das atividades terapêuticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia provocou um isolamento social com repercussões desfavoráveis para a saúde, economia, política e educação. As mudanças provocadas pela Pandemia da COVID 19 acarreta a desafios no processo de ensino e aprendizagem. A situação atual revelou problemas para a continuidade da ação educativa e passou a exigir das instituições de ensino um novo direcionamento para o aprender. Dessa forma, as instituições necessitam de uma

ressignificação do processo de ensino e uma reestruturação educacional visando atender as necessidades específicas de todos os alunos.

Esta pesquisa possibilitou entender as dificuldades enfrentadas pelos alunos nesse período de afastamento social durante a pandemia da COVID 19. Reconhecemos que a lei garanti o direito à educação e este precisa ser colocado em prática mesmo nesse período tão difícil a qual vivemos. A investigação mostrou que as dificuldades são grandes para colocar em prática as aulas remotas e as atividades híbridas questões como: a falta de aparelhos tecnológicos, internet inadequada, falta de apoio em casa, aglomeração de familiares em espaços pequenos, todas essas questões precisam ser pensadas e reinventadas. A partir do momento que nos sensibilizamos com as situações diversas dos nossos alunos, poderemos pensar e desenvolver ações possíveis no âmbito educacional atendendo, assim a todos os alunos, como também, às necessidades e demandas dos professores.

A pandemia revelou a fragilidade do sistema educacional, trazendo a necessidade de transformação das práticas de ensino. Essas devem ocorrer com o participação de todos os envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem. É fundamental que as ações envolvam a todos, além da importância das políticas públicas para a ampliação da formação continuada dos professores.

Entende-se como a educação é importante para o crescimento de um país, assim direcionar olhares para a educação é uma ação primordial para a superação das dificuldades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020. Brasília, DF, 2020c.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Brasília, DF, 2020a.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Portaria nº 356, de 19 de março de 2020. Brasília, DF, 2020b.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> . Acesso: agosto 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado:** deficiência mental. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: . Acesso em: 19 dez. 2012.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; DA SILVA, Carlos Eduardo Menezes; SOARES, Fernando Ramalho Gameleira; SILVA, José Alexandre Meneses da. **Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia da COVID-19.** Ciência & Saúde Coletiva. Pré-print, Manuscript ID CSC – 2020-1079.

COPETTI, Jocieli Rosane. **A Educação Física escolar e o autismo:** um relato de experiência no Instituto Municipal de Ensino Assis Brasil (IMEAB) no município de Ijuí (RS). 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1273/jocielitcc.pdf?sequence=1> . Acesso em: fevereiro de 2020.

DIAMENT, Aron. Aprendizagem e deficiência mental. In: **Transtornos de aprendizagem:** abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, p. 417-422. 2006.

FONSECA, Vitor da. **Dificuldade de aprendizagem:** abordagem neuropsicopedagógica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

FONTES, R. S.; PLETSCHE, M. D.; BRAUN, P.; GLAT, R. Estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular. In: GLAT, R. (org.). **Educação Inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.



GOMES, Helton. **Como o Google quer fazer você esquecer do Zoom para videoconferências.** Publicado em 29 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/04/29/como-o-google-quer-fazer-voce-esquecer-do-zoom-para-fazer-videoconferencias.htm>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GUIMARÃES, R. C. M.; SANTOS, J. N. S. **O lúdico como instrumento facilitador no processo de aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.** 65 f.: IL. Paço do Lumiar, 2013.

HEREDERO, S. Eladio. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela:** as adaptações curriculares. Acta Scientiarum: Education, Maringá, v.32, n.2, p. 193-208, 2010. Disponível em: Acesso em: 21 abr. 2012.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. **Esclarecendo as deficiências:** aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008.

MALLOY-DINIZ, Leandro; COSTA, Danielle; LOUREIRO, Fabiano; MOREIRA, Lafaiete; SILVEIRA, Brenda; SADI, Herika; SOUZA, Tércio; SOARES, António; NICOLATO, Rodrigo; PAULA, Jonas Jardim de; MIRANDA, Débora; PINHEIRO, Mayra; CRUZ, Roberto; SILVA, António. **Saúde mental na pandemia de COVID-19:** considerações práticas multidisciplinares sobre cognição, emoção e comportamento. Debates em psiquiatria – ahead in print, p. 2-24, 2020.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo. Moderna, 2006.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky:** aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1992.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca e suas Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília, DF, 1994. PAN, Miriam. **O direito à diferença.** Editora Ibpex, 2008.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva:** legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar em Revista, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo>.



php?pid=s0104-40602009000100010&script=sci\_abstract&tlng=pt. Acesso em: fevereiro de 2020;

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual**: a aprendizagem e a inclusão. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2012. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/23013055/dissertacao-samantha-tedde> Acesso em: setembro de 2019.

VYGOTSKY, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento**: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artmed, 1996.

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução: José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Affeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WITTMANN, L. C.; Kliplél, S. R. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: IBPEX. 2010.